



IV SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

“Educação Pública em Tempos de Reformas”

Dourados - MS, de 09 a 11 de Setembro de 2019

O TRABALHO DO PROFESSOR ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NO APRENDIZADO DO ESTUDANTE TEA

Cidnei AMARAL DE MELO (UFMS)¹

Maira Cristiane BENITES (SÃO LUÍS)²

Karolinne dos Santos SILVA (SÃO LUÍS)³

Eixo 3 – Formação continuada

Resumo

A escolha deste tema se caracteriza pela necessidade de discussão de conhecer e informar a respeito do transtorno do espectro autista (TEA) e suas diversas especificidades, a fim de acender o papel colaborador do professor especialista em suas relações com os estudantes que apresentem características do espectro. Este artigo apresenta-se por meio de um estudo de revisão bibliográfica. O objetivo geral é de destacar a atuação do professor especializado mediante a estudantes com TEA. E os objetivos específicos são: propor alternativas de atuação e de valorização no desafio de propor a aprendizagem o sujeito dentro do espectro autista; subsidiar possíveis contribuições para que o docente possa melhorar os resultados do educando; e, ressaltar a necessária condição do professor estar capacitado e preparado, para receber e ensinar esses discentes. O autismo é um transtorno global de desenvolvimento que se caracteriza por desvios qualitativos na comunicação social, bem como interesses restritos. Esses indivíduos apresentam, antes de três anos de idade, um distúrbio severo do desenvolvimento, principalmente relacionado à sua comunicação e interação social. Entretanto, podem haver indivíduos que apresentam incríveis habilidades intelectuais, educacional, motoras, musicais, de memória e outras, que muitas vezes não estão de acordo com a sua idade cronológica.

Palavras chave: Educação Especial e Inclusiva. Transtorno do Espectro Autista

¹Docente SEMED e Especialista em Educação Especial: AEE (UFMS) cidneiamaralmello@gmail.com

²Técnica do Núcleo de Assessoramento do CEAME/TEA e Especialista em Educação Especial (SÃO LUÍS) mairacris76@gmail.com

³Técnica do Núcleo de Apoio Educacional do CEAME/TEA e Especialista em Educação Especial (SÃO LUÍS) karolinne.ss@hotmail.com

Introdução

O presente artigo discorre sobre perspectivas educacionais e novas exigências que são acrescentadas aos trabalhos dos professores, cobra-se deles que cumpram funções da família e de outras instancias sociais. E nesse contexto se faz necessário o apoio das instituições para que a formação continuada possa trazer práticas de ensino que possam colaborar nas aprendizagens da sala de aula, para as diversidades encontradas nas turmas de estudantes.

O objetivo geral desta pesquisa é de destacar a atuação do professor especializado mediante ao estudante com TEA. E os objetivos específicos são: a. propor alternativas de atuação e de valorização no desafio de ensinar criança espectro autista; b. subsidiar possíveis contribuições para que o professor melhorar os resultados do aluno espectro autista; e, c. ressaltar a necessária condição do professor estar preparado, para receber e ensinar alunos especiais.

Justifica-se a escolha deste tema se caracteriza pela necessidade de transmitir conhecimentos e informações a respeito do TEA e suas especificidades, a fim de auxiliar o profissional de educação em sua função em desenvolver melhor as relações com os estudantes. Aos professores deve-se destacar que os estudantes com necessidades educativas especiais são crianças que apesar da deficiência, devem ser trazidas para enriquecer os processos de aprendizagem, o que requer dos educadores a busca de novas estratégias de ensino.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, a qual apresenta senta-se a análise descritiva no intuito de afirmar o que a teoria propõe sobre a contribuição do professor especializado no trato com alunos especiais. A revisão bibliográfica permite o conhecimento através de livros, revistas, internet, videotecas, dentre outros, através de identificação dos dados, localização e reunião sistemática dos materiais ou dos fatos (GIL, 1999).

A elaboração deste texto disponibiliza a contribuição teórica necessárias à compreensão do transtorno numa perspectiva de interface com a educação escolar. Embora, se tenha recorrido ao campo da psiquiatria para melhor compreender as manifestações do transtorno no cotidiano do estudante na escola, o empenho é contextualizá-lo no âmbito educacional.

O autismo é um transtorno global de desenvolvimento que se caracteriza por desvios qualitativos na comunicação, na interação social e no uso da imaginação. As pessoas com TEA apresentam, antes de 3 anos de idade, um distúrbio severo do

desenvolvimento, principalmente relacionado à sua comunicação e interação social. Entretanto, em alguns casos, podem apresentar incríveis habilidades intelectuais, educacional, motoras, musicais, de memória e outras, que muitas vezes não estão de acordo com a sua idade cronológica.

Como problemática e considerando que a inclusão é um tema de interesse para todo sistema educacional devido à sua complexidade, amplitude, trabalhar com pessoas de necessidades educativas especiais sempre passou a ser um grande desafio no âmbito escolar. (LDB, artº 59, 1996). Abordagem abrange contextos referentes a importância de o professor estar capacitado com especialização na área de educação especial objetiva e também destacar a necessidade de sua profissão e experiência no quadro educacional, para melhor acompanhar esses estudantes.

Busca-se ao finalizar a pesquisa, responder: a capacitação ou especialização do professor influencia o método de ensino e aprendizado de alunos com TEA?

As orientações aqui apresentadas são baseadas na norma da ABNT para apresentação de artigos científicos impressos: a NBR 6022, 2003. Essa norma apresenta os elementos que constituem um artigo científico. Todavia, ao submeter um artigo científico à aprovação de uma revista, o autor deve seguir as normas editoriais adotadas pela revista. (FRANÇA et al., 2003, p. 59).

“Artigo científico é parte de uma publicação com autoria declarada, que apresenta e discute ideias, métodos, técnicas, processos e resultados nas diversas áreas do conhecimento.” (ABNT. NBR 6022, 2003, p. 2)

Para Lakatos e Marconi (1991), os artigos científicos têm as seguintes características:

- a) Não se constituem em matéria de um livro;
- b) São publicados em revistas ou periódicos especializados;
- c) Permitem ao leitor, por serem completos, repetir a experiência.

AMPARATO LEGAL E EDUCACIONAL

A legislação brasileira, representada pela Constituição promulgada em 1988 e pela LDB (Lei nº. 9394/96), prevê a integração do aluno com necessidades especiais no sistema regular de ensino (BRASIL, 1996).

Esta política educacional, caracterizada por favorecer a integração de alunos portadores de necessidades especiais e baseadas na declaração de Salamanca aprovada, em junho de 1994, por mais de 392 representações governamentais e mais de 25 organizações internacionais, entre as quais a Unesco e as Nações Unidas, tem como objetivo promover a educação para todos (BOSA. C.; CALLIAS, 2000).

Como, educação inclusiva é o processo de inserção de pessoas com necessidades especiais, ou distúrbio de aprendizagem na rede regular de ensino, em todos os seus níveis, na qual a escola é quem deve adequar-se aos seus estudantes, visando, sempre, a inserção na sociedade. As políticas estabelecem que seja assegurada “a igualdade de oportunidades” e a “neutralizar” as diferenças que parecem proclamar a vida no “mundo da diversidade cultural”, e deve se dar “sem diferenças ou em igualdades”. Foram consideradas as diferenças de posturas e atitudes ante a deficiência mental no decorrer da história e procurou-se a trajetória da educação dessa população no Brasil (CAVALCANTE, 2009).

Ainda segundo Cavalcante (2009) a fim de educar verdadeiramente na vida e para a vida no século XXI, e para superar diferenças sociais, a instituição educativa deve suplantando decididamente os enfoques funcionalistas, e burocratizantes, aproximando-se de seu caráter mais cultural-contextual e comunitário, em cujo domínio adquire importância a relação que se estabelece entre todas as pessoas que trabalham dentro e fora da instituição.

A escola necessita que outras instâncias sociais se comprometam a ajudar no processo de educar, e, e isso faz com que a educação cada vez mais se torne complexa, indo além desse mero ensino, de uma minoria homogênea em um momento no qual o conhecimento e sua gestão estavam em poder de uma minoria, que monopolizava o saber (CAVALCANTE, 2009).

A contribuição do professor para com a educação especial pode ser percebida pelo desenvolvimento e interação desses com seus estudantes. O professor ou educador especial é aquele professor que deve estar capacitado para atuar em escolas especiais, em classes comuns ou mesmo e em classes especiais em escolas comuns (educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental), serviços de apoio pedagógico especializado sala de recursos, sala de apoio pedagógico específico. Ou em outros espaços definidos pelo sistema de ensino de acordo com a LDB art. 59, de 1996: “III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular

capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (LDB, artº 59, 1996)”.
É inquestionável que estamos frente a frente com um novo modo de ver a instituição educativa, as novas funções do professor, uma nova cultura profissional e uma transformação nos posicionamentos de todos os que trabalham no campo da educação e, principalmente, uma maior participação social dos docentes.

As crianças já nascem em um mundo estruturado com seus valores e conceitos e assim se desenvolvem. Assim, os estudantes que apresentam alguma deficiência, que já ‘vem rotuladas’ pela sociedade, ao entrar na escola terá que conviver com as representações que seu professor faz das suas especificidades seja elas quais forem. Nesse sentido, é que a representação, a concepção, que o professor faz desses é importante, uma vez que, definirá a forma das relações entre eles e dará sentido e funcionalidade às experiências a serem vivenciadas. Por isso a importância de que quebrar quais quer paradigmas frente a essas rotulações, fazendo crescer a verdadeira inclusão desses estudantes.

As crianças já nascem em um mundo estruturado com seus valores e conceitos e assim se desenvolvem. Assim, os estudantes que apresentam alguma deficiência, que já ‘vem rotuladas’ pela sociedade, ao entrar na escola terá que conviver com as representações que seu professor faz das suas especificidades seja elas quais forem. Nesse sentido, é que a representação, a concepção, que o professor faz desses é importante, uma vez que, definirá a forma das relações entre eles e dará sentido e funcionalidade às experiências a serem vivenciadas. Por isso a importância de que quebrar quais quer paradigmas frente a essas rotulações, fazendo crescer a verdadeira inclusão desses estudantes.

RELAÇÕES PROFESSOR E ALUNO E AS POSSÍVEIS ADEQUAÇÕES NA APRENDIZAGEM DO TEA

A fase de alfabetização é um dos mais desafiantes períodos da vida dos estudantes com TEA, a maioria vai precisar de auxílio psicopedagógico nessa fase.

Segundo Mello (2007, p. 56):

antes da alfabetização propriamente dita, alguns comportamentos precisam estar bem instalados no repertório da criança com autismo, tais como permanecer sentada, ficar em sala de aula, identificar e reconhecer letras, combinar as letras iguais e diferenciá-las. Com isso, elas terão os pré-requisitos necessários para iniciar a aprendizagem da leitura e da escrita (MELLO, 2007, p. 56).

A utilização de meios computacionais na sala de aula e outras tecnologias tem sido de grande valia para o atingimento de resultados na aprendizagem com alunos autistas.

Segundo Silva, Gaiato e Reveles (2012. 124):

o professor sempre deve promover a independência da criança com autismo. Assim como os pais em casa, é importante incentivar a criança a fazer suas coisas sozinha, tais como se cuidar, lavar as mãos, fechar os potes de tinta, guardar o material (SILVA, GAIATO e REVELES, 2012, p. 124).

Esses mesmos autores Silva, Gaiato e Reveles (2012, p. 124) mencionam que “cabe ao professor fazer uma aliança com os pais para elaborar novos desafios para esses indivíduos, que possam ser praticados em casa e na escola: atividades de vida diária, por exemplo”. Isso possibilita que ela pratique o que aprendeu em ambientes diferentes.

Ressaltaram Silva, Gaiato e Reveles (2012) que a alfabetização precisa ter uma função, para a criança com o funcionamento autístico e, para isso, é preciso muita criatividade para adaptar materiais e letras na vida delas, de forma atraente e estimulante.

Como base de motivação e ensino por meio de computadores e tablets têm apresentado bons resultados, pois os recursos de cores, sons e jogos auxiliam na manutenção do foco. Devido à facilidade de abstração, a escolha de materiais concretos e visuais torna a alfabetização mais efetiva (SILVA, GAIATO e REVELES, 2012).

Haja vista que, para que o aprendizado seja eficaz, é “fundamental que haja palavras de incentivo e elogios sempre, bem como premiações quando ela conseguir realizar avanços, mesmo que pequenos” (SILVA, GAIATO e REVELES, 2012).

Salientaram Silva, Gaiato e Reveles (2012, p. 188) “que o primeiro passo para ajudar uma pessoa com autismo é entender o seu jeito de pensar e agir e como isso se traduz em prejuízos significativos em suas vivências”.

A EDUCAÇÃO NO ENSINO REGULAR COMUM

A educação tem um papel importantíssimo no desenvolvimento de qualquer indivíduo, a atividade educativa tem por objetivos gerais proporcionar o desenvolvimento máximo de habilidades e competências; garantir equilíbrio pessoal; estabelecer relações significativas e até mesmo proporcionar um bem estar emocional e social. Isso tudo deve ser objetivo para a educação de todas as crianças independentemente de suas especificidades, como proposto neste trabalho.

Gauderer (1985, p. 14) quando mencionou:

A incapacidade de desenvolver um relacionamento interpessoal se mostra na falta de resposta ao contato humano e no interesse pelas pessoas, associada a uma falha no desenvolvimento do comportamento normal, de ligação ou contato. Na infância, estas deficiências se manifestam por uma inadequação no modo de se aproximar, falta de contato visual e de resposta facial, indiferença ou aversão a afeto e contato físico (GAUDERER, 1985, p. 14).

Nesse enfoque, a estruturação da atividade educacional envolve a determinação de um programa especial que estabeleça uma sequência lógica de conteúdos e de procedimentos a serem estabelecidos para se alcançar os objetivos.

Segundo Cool *et al*, (1995, p. 285) “a função do professor é ajudá-las a aproximarem-se desse mundo de significados e proporcionar os instrumentos funcionais que estão dentro da possibilidade da criança”. Vários enfoques discutidos a respeito dos conteúdos mais adequados e também dos procedimentos a serem desenvolvidos para a educação desses estudantes, levando-se em conta a conduta, o nível evolutivo em relação a uma pessoa que não tenha nenhuma especificidade, uma análise ambientalista, ou seja, análise da capacidade desses alunos de se adaptar ao ambiente em que vive, o nível de interação social.

Sabe-se que não há cura para o transtorno, mas o que se observa é que é possível desenvolver habilidades sociais para que esse indivíduo possa interagir de acordo com suas potencialidades, nesta sociedade. Entre outras estratégias as respostas podem ser somente verbais; ou por escrito; ou ainda, a criança responde verbalmente, o terapeuta escreve a resposta e, em seguida, a criança a cópia (GIARDINETTO, 2005).

No processo de alfabetização, pode-se também fazer questões que a estimulem a extrair informações das entrelinhas, criando hipóteses e entendendo o “porquê” das coisas. Nesta etapa o aplicador deve desenvolver perguntas que não podem ser diretamente respondidas com as dicas visuais do livro (Ex: “Quem era o porquinho mais esperto?”; “Porque a bruxa não gostava da Branca de Neve?”; etc.). Para responder a criança poderá reler partes do texto. (COOL *et al*.1995, p. 285).

As atividades de registro, comumente feitas em salas de aula regulares após a leitura de uma história, também são fundamentais. A partir do tema da história, a criança deve trabalhar em alguma atividade grafo motora, como: desenho com pontilhado; desenho livre; escrever os nomes dos personagens; recorte e colagem; etc. (COOL *et al*.1995, p. 285).

Os *tablets* também são um meio eficaz para estimular o interesse pela leitura e pela escrita, bem como para a aquisição da função social e comunicativa destas respostas. Existe uma infinidade de aplicativos que estimulam a leitura e a escrita, como: livrinhos virtuais que contam a história com áudio; treino da escrita de letras e palavras na tela do *tablet*; aplicativos nos quais a criança pode montar uma história usando fotos ou imagens da internet e digitando as frases. (GIARDINETTO, 2005).

Há ainda também as tecnologias assistivas (TA), que segundo Bersch & Tonolli (2006) é um termo novo para uma prática antiga, que consiste em adequações que servem de contribuintes para ampliar ou proporcionar as habilitações e competências desses indivíduos e conseqüentemente fomentando uma vida independente e com inclusão plena na sociedade.

Podemos então citar que o objetivo da TA é de propiciar um desenvolvimento maior de uma habilidade que precisa de algum tipo de desenvolvimento específico no funcionamento, inclusão social e/ou qualidade de vida, por meio da extensão da mobilidade, comunicação, autonomia em seu meio, desenvolvimento pedagógico e a vida no trabalho.

A TA possui categorias diferentes para com o auxílio na vida diária e vida prática sendo materiais e objetos que favorecem a mobilidade independente em atividades de rotina, bem como adaptação para alimentação, vestuário materiais escolares entre outros. Assim como a comunicação aumentativa e alternativa que visa atender indivíduos que não fazem uso da comunicação oral e da escrita convencional, recursos como pranchas de comunicação, vocalizações, e alguns tipos de softwares, favorecem a comunicação com o meio desses indivíduos.

É necessário ressaltar que, o diagnóstico diferencial dos quadros artísticos inclui outros distúrbios invasivos do desenvolvimento, como a síndrome de Asperger, a síndrome de *Rett*, transtornos desintegrativos e os quadros não especificados, diagnóstico esse que será dado pelo médico responsável auxiliado por uma equipe de especialistas terapêuticos, como psicólogos e fonoaudiólogos (GIARDINETTO, 2005).

Salienta Batista e Bosa (2007) que é principalmente, através da investigação sobre as relações entre pares que se evidenciam as diferenças individuais na competência social. Dessa forma, as pessoas que estão às voltas desses indivíduos importam uma fonte de relações indispensável, fornecendo um contexto essencial que influencia as diferenças individuais durante o desenvolvimento social de qualquer criança.

Crianças com funcionamento cognitivo mais baixo geralmente tendem a ser mudas e isoladas. Em outro nível, a criança pode aceitar passivamente a interação, mas raramente a procura, enquanto em um funcionamento mais alto é possível que a criança se interesse pela interação, mas o faz de modo bizarro (KLIN, 2006).

De qualquer modo, destaca-se que a noção de uma criança não-comunicativa, isolada e incapaz de mostrar afeto não corresponde às observações atualmente realizadas. De acordo com Bosa (2002), a ausência de respostas das crianças autistas deve-se, muitas vezes, à falta de compreensão do que está sendo exigido dela, ao invés de uma atitude de isolamento e recusa proposital.

O PROFESSOR ESPECIALISTA E O AMPARATO DAS DIRETRIZES E BASES

No aspecto educacional, a formação para atuação dos professores em sala de aula, vem sendo cada vez mais possível para os professores, que tem sentido a necessidade de garantir práticas de ensino eficazes como primordial no ensino-aprendizagem de seus estudantes, tornando a formação continuada uma exigência para um efetivo e pelo desenvolvimento nas práticas pedagógicas.

Segundo Arantes (2006, p.56):

Na LDB 96 são previstos professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para integração desses educandos nas classes comuns (art. 58, III).

Com isso, de acordo com o parágrafo das Leis de Diretrizes e Bases, é importante estimular e valorizar o professor em seu processo contínuo de construção acadêmica. Porém, vê-se que a formação de professores que atuam na Educação Especial sempre se constituiu uma problemática com relação ao atendimento do estudante com necessidades educacionais especiais, e até hoje isso não tem sido diferente.

Pensar em uma sala heterogênea faz-se refletir em práticas de ensino que possam ensinar a todos de uma mesma turma, sugerindo atividades abertas e diversificadas, isto é, que possam ser abordadas por diferentes níveis de compreensão, de conhecimento e desempenho, e que não se destaquem os que sabem mais ou os que sabem menos.

O que é preciso evitar é o descompromisso do poder público com a educação e que a inclusão escolar acabe sendo traduzida como mero ingresso desses estudantes com necessidades educacionais especiais nas classes comuns.

Segundo Belisário (2010, p.8):

Transtornos Globais do Desenvolvimento representam uma categoria na qual estão agrupados diferentes transtornos que tem em comum as funções do desenvolvimento afetadas. Dentre uma delas, o autismo. O Distúrbio do

Espectro do Autismo foi aprofundado pelo estudo do médico austríaco Leo Kanner em 1943, na qual atinge a comunicação, a interação social, a imaginação e o comportamento. Logo, houve a necessidade de se instigar o aprendizado dessas crianças no processo de desenvolvimento escolar, e com o passar dos anos, a oportunidade de trabalhar com esses alunos na turma tem sido nova para a grande maioria das escolas. (BELISÁRIO, 2010, p.8).

A adaptação à escola é quase sempre complicada, devido ao isolamento que é característico. A criança foca em seus objetos particulares e assim progressivamente passa a ser deixada isolada. Como também a atividade exploratória e o interesse pelo novo, não existem. Por isso as histórias de faz-de-conta, a imaginação e criatividade não atraem. Ela busca claramente rotinas (BELISÁRIO, 2010).

A experiência desses primeiros momentos pelos professores, pode vir carregada de sentimento de desânimo e angústia. Diante das dificuldades, as escolas buscam tentativas de acolhimento, propondo atividades em conjunto, rodas de histórias entre outras. Lembrando que professores da educação infantil, geralmente vivenciam várias reações nos primeiros dias na escola de todas as crianças. No decorrer dos anos letivos, as propostas continuam sendo oferecidas de maneira igual a todos, não sendo verificadas as funcionalidades dessas, o que gera um aprendizado falho de certa forma.

Segundo Belisário (2010, p.23)

O cotidiano escolar possui atividades que se repetem diariamente. A organização da entrada dos alunos, das rotinas em sala de aula, do recreio, da organização da turma, das aulas em espaços externos, da saída no final das aulas e outros são exemplos de rituais que se repetem e que favorecem a apropriação da experiência escolar com autismo. (BELISÁRIO 2010, p. 23)

Deste modo, quanto antes à criança puder participar destas rotinas, será mais aceitável a vivência escolar, podendo verificar um desenvolvimento valioso, onde o estudante passa a compreender o funcionamento da escola.

Embora tais dificuldades possam ocorrer em menor intensidade, estas crianças requerem o investimento e a organização da escola, esgotando as possibilidades de aprendizagem e ultrapassando o objetivo de que a escola é um mero espaço de socialização (MANTOAN, 2006).

Podemos refletir sobre o trabalho em sala de aula que apresenta especificidades importantes na comunicação, interação social e flexibilidade mental. Se o indivíduo apresenta essas características, será preciso que as intervenções pedagógicas se iniciem nos aspectos de ensino e aprendizagem relacionados à área cognitiva.

Estas características estão presentes nos primeiros passos do desenvolvimento desta criança na escola, e são em sua maioria conquistados com muito esforço e superação por ambas as partes, da criança e professores. Assim sendo é importante que seja proposto atividades em duplas ou em grupos, como citado acima.

Além disso, a disposição de carteiras de modo que permita a criança observar seus pares é mais eficaz do que a disposição da turma em fileiras, permanecendo posicionada em local mais central, permitindo a visualização dos colegas ao lado e à frente. Durante as atividades em sala de aula, a atitude de dirigir-se ao aluno verbalmente é fundamental (BELISÁRIO, 2010).

Todas essas atitudes constituem fator facilitador do desenvolvimento de atitudes da sala de aula, visando iniciar intervenções pedagógicas formais. Precisamos alertar que estas e outras iniciativas não podem ficar restritas ao aluno autista, evitando-se que este aluno ocupe um lugar de “excluído” na escola. (FÁVERO, 2007)

O professor deve-se ter que o tempo necessário para que o estudante com espectro autista comece a fornecer respostas ao investimento pedagógico em sala de aula é muito variável de criança para criança.

Como também é variável a condição de envolvimento e execução de tarefas escolares a cada momento da escolarização. Por outro lado, podem ocorrer respostas surpreendentes. O professor da sala da educação básica faz-se importante tanto quanto o professor do Atendimento Educacional Especializado – AEE.

Segundo Belisário (2010, p.38)

O professor AEE poderá contribuir orientando os profissionais da escola na elaboração do cotidiano escolar, na elaboração de recursos e na organização da rotina, de acordo com as características de cada aluno e de cada escola. Os alunos deverão frequentar o Atendimento Educacional Especializado quando forem identificadas necessidades educacionais específicas que exijam esse atendimento, beneficiando-se das atividades e dos recursos pedagógicos e de acessibilidades, disponibilizados nas salas de recursos multifuncionais (BELISÁRIO, 2010)

Assim o professor da sala da educação básica juntamente com o professor AEE, juntos poderão vencer esse desafio e passar de para uma pedagogia ativa, dinâmica e interativa. Certamente, compartilha com seus alunos a construção de novos conhecimentos produzidos em uma aula, com atitudes e valores construídos diariamente (BELISÁRIO, 2010).

Enfim, a atuação do professor que acompanham estudante com TEA, tem-se demonstrado essencial para que as competências se desenvolvam e possam ser utilizadas por toda a sua vida. Cada passo realizado no ambiente escolar, traz novas possibilidades, como também novas dúvidas que são próprias do processo de ensino e aprendizagem, do cuidar e do educar, mas os desafios nas práticas da educação garantem o crescimento para a operacionalização das mudanças no cotidiano escolar.

Conclusões

O estudante com TEA requer um acompanhamento precoce e contínuo com uma equipe multidisciplinar envolvendo atendimentos clínicos com psiquiatra, neurologista, fonoaudiólogos, pediatra, psicólogo, terapeuta ocupacional, bem como apoio pedagógico e o auxílio do professor. No âmbito educacional, os primeiros estudos sobre o transtorno, ao longo da história, determinaram as primeiras iniciativas de influência no ensino. Apesar, de tantos anos decorridos desde as primeiras descobertas, hoje os professores se sentem desafiados ao se depararem pela primeira vez, diante da oportunidade de acompanhar um estudante em sua turma. Com isso, as práticas desenvolvidas por estes professores se tornam uma novidade e uma importante contribuição na construção do conhecimento a respeito do TEA e das potencialidades da educação escolar na vida desses indivíduos.

As necessidades pertinentes desses estudantes no cotidiano escolar demandam estratégias absolutamente articuladas com a experiência diária para que promovam aprendizado significativos e funcionais, que e possam ser generalizadas para outros ambientes sociais e de intervenção, sendo elas pedagógicas, psicológicas, psiquiátricas, fonoaudiológicas e terapias ocupacionais.

O processo de aprendizado é muito heterogêneo, por isso métodos de educação apropriados são de extrema necessidade e importância para que o processo de desenvolvimento não precisasse ser tão plangente para os indivíduos e para suas famílias.

Descreveu-se sobre o TEA e suas relações com a aprendizagem escolar. Esse transtorno se caracteriza pela presença de um desenvolvimento acentuadamente atípico na interação social e comunicação, assim como pelo repertório restrito de atividades e interesses.

Verificou-se que o trabalho como educador é fundamentalmente, o ver o mundo através de outros olhos, e usar esta perspectiva para ensiná-los da forma mais independente possível é imprescindível para o pleno desenvolvimento das potencialidades desses estudantes, em diversos aspectos.

Enquanto não puderem curar os *déficits* cognitivos subjacentes, é pelo seu entendimento que é possível planejar programas educacionais afetivos e efetivos com o objetivo de vencer o desafio deste acompanhamento do desenvolvimento tão singular que é o transtorno. É necessário que professores elaborem um plano educacional especializado para cada estudante, promovendo desenvolvimento em diversas áreas do conhecimento, qualidade de vida e interação social. Deve-se também, trocar ideias, perguntar, certificando-se de que houve compreensão do que foi proposto, sempre de forma objetiva promovendo sempre a afetividade partindo de seus interesses específicos.

Evidencia-se, contudo, que não existe uma fórmula mágica no trato com esses estudantes. Tudo requer tempo, persistência e dedicação. Mas não restam dúvidas de que, além dos pais, o desenvolvimento depende, e muito, das instituições de ensino. Esses fatores, em conjunto, podem garantir um futuro autônomo e uma vida com qualidade e produtiva. Conclui-se que, não se pode perder de vista as reais potencialidades e limites dos indivíduos quaisquer sejam suas possibilidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AMIRALIAN, M. L. **Psicologia do Excepcional**. São Paulo: Pedagogia e Universitária Lula, 1986.

BAPTISTA, Carlos Roberto. BOSA, Cleonice & Colaboradores. **Autismo e educação: reflexões e propostas de intervenção**. Artmed. Porto Alegre. 2007.

BELISÁRIO Filho, José Ferreira. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**: transtornos globais do desenvolvimento. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Especial, 2010.

BRASIL. **Ministério da Educação e do Desporto**. O processo de integração escolar dos alunos portadores de necessidades educativas especiais no sistema educacional brasileiro. Séries diretrizes nº 11. Brasília: Secretaria de Educação Especial (SEESP), 1996.

BERSCH, R.; TONOLLI, J. C. **Tecnologia Assistiva**. 2006. Disponível em: < <http://www.assistiva.com.br/> >. Acesso em: 15 de junho de 2017.

BOSA, C.; CALLIAS, M. **Autismo**: breve revisão de diferentes abordagens. *Psicol. Reflex. Cris.* vol. 13, no. 1, 2000.

COLL, C; PALACIOS, J; MARCHESI, A. **Desenvolvimento Psicológico e educação**: Necessidades Educativas especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artmed, 1995.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. **Aspectos Legais e Orientação Pedagógica**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

GAUDERER, E. C. **Autismo e outros atrasos do Desenvolvimento**: Uma atualização para os que atuam na área do especialista aos pais. São Paulo: Sarvier, 1985.

GIARDINETTO, A. R. S. B. **Comparando a interação social das crianças autistas as contribuições do currículo funcional natural**. Universidade Federal de São Carlos: UFSCAR, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. Atlas. São Paulo. 1999.

KANNER, L. (1943). *Affective disturbances of affective contact*. *The Nervous Child*, 2, 217 - 250. 1943.

KLIN, A. **Autismo e síndrome de Asperger**: uma visão geral. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 28, 3 - 11. 2006. 2006.

MANTOAN, M. T. E. **Integração x Inclusão**. Educação para todos. *Pátio*, 5, 48 - 51. 1998.

MELLO, Márcia Cristina de Oliveira. **Emília Ferreiro e a alfabetização no Brasil**. Um estudo sobre a psicogênese da língua escrita. Ed. Unesp. São Paulo. 2007.

MANTOAN, Maria Teresa Égler; PRIETO, Rosângela Gavioli; ARANTES, Valéria Amorim. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro. WVA, 1999.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa; Mayra Bonifácio GAIATO, Thadeu Reveles, Mundo Singular. Entenda o autismo. **Fontanar**. Objetiva. Rio de Janeiro. 2002.